

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CORPO DISCENTE ATENDIDO PELO COLLEGIO  
BAPTISTA AMERICANO MINEIRO – BELO HORIZONTE/MG, DÉCADA DE 1920**

*Considerations about the students served by Collegio Baptista Americano Mineiro - Belo Horizonte,  
Minas Gerais, Brazil, 1920s*

Taciana Brasil dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO**

A partir da segunda metade do século XIX, o protestantismo missionário se instalou no Brasil. Além de buscar a formação de prosélitos, as diversas denominações protestantes também se dedicaram à fundação e manutenção de instituições escolares. Este trabalho trata de uma instituição específica, o *Collegio Baptista Americano Mineiro*, localizado em Belo Horizonte – MG, durante a década de 1920. Procuraremos compreender mais acerca de seu funcionamento e inserção na sociedade da época, identificando o número de alunos atendidos, bem como seu pertencimento religioso, origem étnica e disponibilidade financeira familiar.

**Palavras-chave:** escola – alunos – protestantismo

**ABSTRACT**

From the second half of the nineteenth century, Protestantism of mission began in Brazil. Besides seeking the formation of converts, the various Protestant denominations also became involved in the founding and maintenance of schools. This paper deals with a specific institution, the *Collegio Baptista Americano Mineiro*, located in Belo Horizonte, capital of the Minas Gerais state, during the 1920s. We will seek to understand more about its operation and integration into society of the time, identifying the number of students served, as well as their membership religious, ethnic and family financial status.

**Keywords:** school - students - protestantism

Durante a segunda metade do século XIX, chegaram ao Brasil os primeiros missionários protestantes com o intuito de fazer prosélitos dentre a população brasileira. Assistidos pelas transformações da legislação, que passou a tolerar a presença de cristãos acatólicos, os missionários passaram a realizar trabalho proselitista entre nossa população. Este trabalho, porém, estendia-se para além do campo religioso. Buscava-se civilizar o brasileiro, sobretudo através da educação escolar (Bastián, 1994).

Essas denominações criaram, em diversas partes do país, instituições escolares voltadas não apenas ao proselitismo, mas também à educação dos brasileiros conforme seus princípios sociais e políticos (Mesquida, 1994). O republicanismo, liberalismo e federalismo eram ensinados nessas instituições, fazendo com que se tornassem

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: tacionabrasil@yahoo.com.br

particularmente interessantes às elites governantes no final da Monarquia e início da República (Bastian, 1994). Além disso, devido a seus métodos de ensino, as escolas protestantes eram consideradas modernas por excelência (Hilsdorf, 2007). Essas características fizeram com que muitas delas recebessem incentivos até mesmo do próprio governo brasileiro (Mesquida, 1994).

Um dos grupos protestantes que mais tardiamente inseriu-se no Brasil foi a Igreja Batista – apenas em 1881 chegava o primeiro casal para trabalhar especificamente com brasileiros (Pereira, 1979). Minoritários nos Estados Unidos, chegaram a sofrer perseguições em seu país de origem (Azevedo, 1996). Talvez por estas características, seu trabalho no Brasil tenha sido inicialmente menos consistente que o realizado pelos metodistas descritos por Peri Mesquida (1994) ou os presbiterianos de Ester Nascimento (2007).

Ainda assim, os batistas investiram em áreas comuns dentre os grupos protestantes de missão, como por exemplo, a imprensa e a educação (Oliveira, 2011). As instituições escolares não recebiam subvenção americana para seu funcionamento: o máximo que a Junta de Richmond, organização missionária batista americana, permitia era que os missionários dedicassem parte de seu tempo à docência, sem qualquer acréscimo salarial por isso (50 anos, 1968). Por isso, era necessário que os colégios da denominação contassem com recursos financeiros brasileiros para seu funcionamento, fosse através de algum benfeitor, da cobrança de mensalidades ou de ofertas enviadas pelos membros e igrejas (Cleni da Silva, 2004). Ainda não encontrei nenhum indício de que alguma escola ou colégio batista tenha recebido qualquer incentivo do governo brasileiro para seu funcionamento.

O estado de Minas Gerais foi um território tardiamente explorado pelos missionários batistas. A preferência dos missionários era as grandes capitais e os estados do Nordeste (Harrison, 1987). Apenas após a fundação de Belo Horizonte os missionários realizaram um trabalho consistente no estado. Talvez isso esteja relacionado com as representações construídas à época acerca da nova capital mineira enquanto cidade símbolo da República (Mello, 1996), já que os batistas comumente se representam como democráticos, liberais e republicanos. Assim, apenas a partir do final da década de 1910 os mineiros foram alvo das investidas batistas.

Em 1918, o missionário Ottis Maddox fundava a *Escola Baptista de Bello Horizonte*. Funcionando no prédio da Primeira Igreja Batista desta capital, a *Escola* contava com uma classe única, onde uma professora lecionava a treze crianças de idades variadas. Em 1920, a instituição teve seu nome alterado para *Collegio Baptista Americano Mineiro* (CBAM). Em 1921, após a compra de uma sede própria, passou a funcionar em um formato mais apropriado a seu nome: classes seriadas que se estendiam do jardim de infância ao magistério ou seminário teológico, internato, e cursos diversificados, como por exemplo idiomas, música e artes (50 ANOS, 1968). Esta transformação tornou o CBAM uma instituição referência para os batistas mineiros, recebendo internos de diversas cidades do interior do estado, além dos externos belo-horizontinos.

Neste artigo, pretendo investigar quem eram os alunos atendidos pelo CBAM, e alguns indícios de seus vínculos com a sociedade da época. Para isso, me valerei de fontes

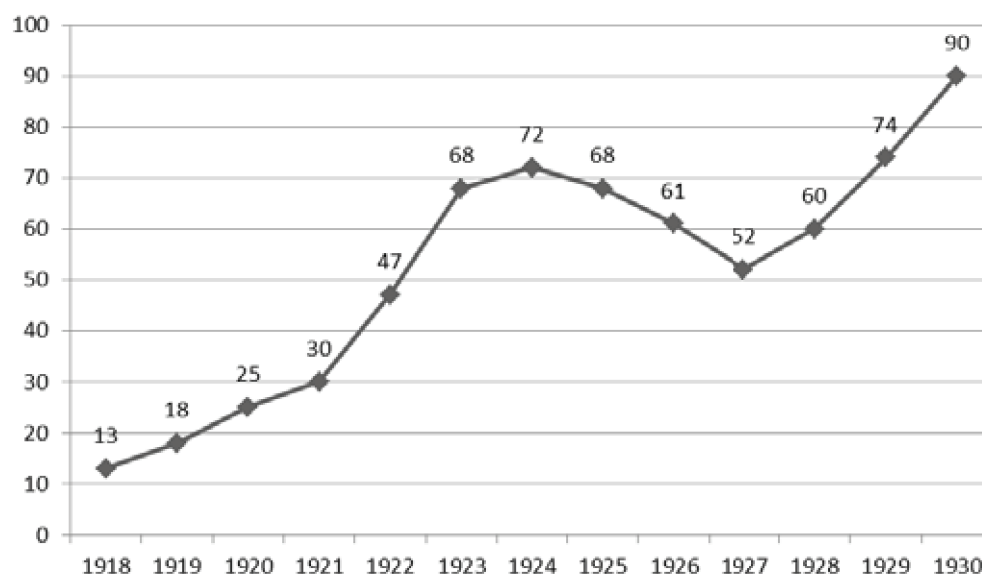
contidas nos arquivos da própria instituição<sup>2</sup>, como por exemplo, os *Arquivos de Notas Finaes*, que contêm informações a respeito da vida escolar dos alunos, além de algumas informações pessoais, como o endereço e a religião da família. Também pretendo utilizar os prospectos de propaganda do CBAM, que possibilitam compreender quem eram as famílias que a direção da instituição visava alcançar.

Para compreender como o CBAM se fazia ver por estas famílias, me valerei do conceito de representação, utilizado no campo da história cultural. Chartier (1990) define representação como a forma que as realidades sociais são percebidas e interpretadas, considerando que esta leitura nunca é dotada de neutralidade. Para que a interpretação de um grupo prevaleça, outra tem de ser menosprezada. Através dessa prática, *a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos* (p. 23). Esta construção possibilita a criação de identidades sociais, que *marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade* (idem). Percebendo a maneira como os missionários representavam o CBAM em seus impressos, poderemos compreender por que ele se tornava atraente para as famílias que ali matriculavam seus filhos.

### Número de alunos

A partir de uma edição comemorativa de um periódico da denominação<sup>3</sup>, foi possível recriar a dinâmica de matrículas na instituição educacional batista mineira, expressa no gráfico abaixo:

**Figura 1:** Alunos matriculados no CBAM entre 1918 e 1930, de acordo com *O Jornal Batista - Edição do Centenário* (1982)



<sup>2</sup> Centro de Memória do Colégio Batista Mineiro.

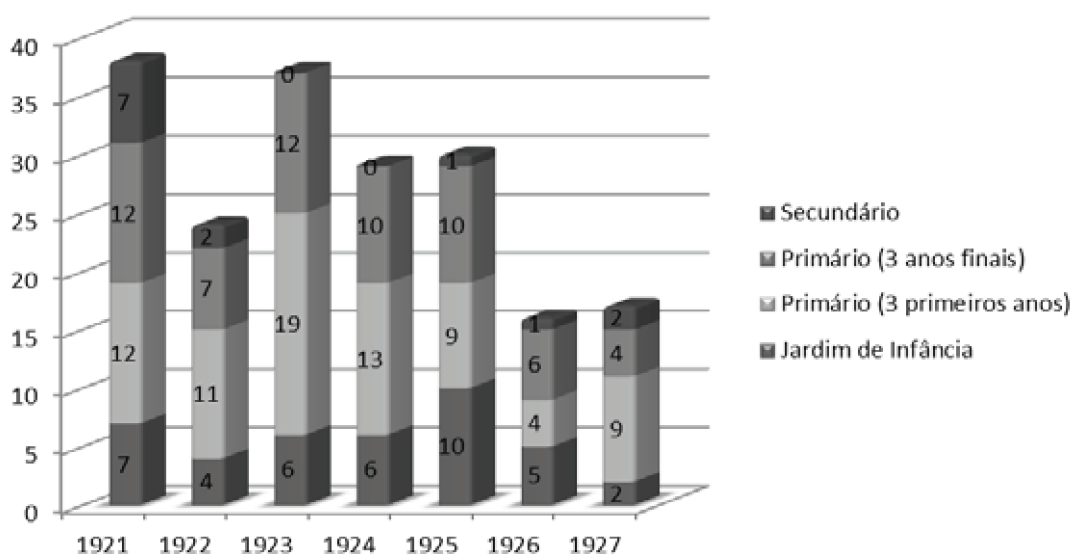
<sup>3</sup> O *Arquivo de Notas Finaes* não contém os dados referentes aos anos entre 1918 e 1921.

É possível observar um crescimento acentuado no período entre 1921 e 1924, seguido de um declínio até 1927 e da retomada do crescimento daí em diante. Apesar do período de declínio, os primeiros treze anos de funcionamento do CBAM fecharam com crescimento de mais de 592% no número de alunos.

Este saldo positivo, porém, torna-se mais frágil quando analisamos as trajetórias individuais dos alunos na instituição. A rotatividade era muito intensa, sendo que até 1927 cerca de 46% dos alunos permanecia um ano ou menos na instituição. Entre 1918 e 1927, passaram pelo CBAM 193 alunos, embora o número máximo simultâneo de matrículas tenha sido 72, em 1924. Nem sempre havia alunos para todas as classes – observando-se os prospectos de propaganda, é possível concluir que muitas vezes a professora lecionava para duas classes simultaneamente, garantindo um número mínimo de alunos na sala. Pouquíssimos alunos cursavam todo o seu processo educativo na instituição.

A associação destes fatores fez com que o CBAM contasse com turmas sempre pequenas, sendo que algumas vezes nem havia alunos para todas as classes. Em 1922, por exemplo, o segundo ano do *Curso Preparatório Gymnasial* não contou com nenhum aluno (cf. Prospecto 1923, p. 32). Os alunos que cursavam o Secundário normalmente vinham de uma trajetória mais longa dentro da instituição, havendo pouquíssimas matrículas de alunos novatos para a modalidade. Embora a principal instituição escolar batista em Minas Gerais precocemente houvesse sido promovida ao *status* de *Collegio*, a modalidade que mais lhe conferia novas matrículas era, efetivamente, o ensino primário (ARCHIVO..., 1921 a 1927). Podemos aferir as diferenças numéricas entre os níveis de ensino através da Figura 2:

Figura 2: Número de novas matrículas no CBAM por modalidade, entre 1921 e 1927.



É importante considerar que os *Archivos* não contêm dados referentes aos alunos do Seminário Teológico e às alunas do Magistério. O *Rol dos Estudantes do Collegio*, publicado no Prospecto de 1924, também não faz referência a esses grupos de estudantes. Sendo assim, as únicas informações de que dispomos são as fotografias eventualmente divulgadas nos Prospectos.

Quanto aos seminaristas, o Prospecto de 1927 exibiu uma foto onde se pode contar sete alunos, todos rapazes jovens. A inexistência de fotos nos prospectos anteriores leva a questionar acerca do funcionamento efetivo da modalidade antes desta data. Algumas matérias do periódico da denominação neste estado, chamado *O Baptista Mineiro*, oferecem evidências de uma carência de rapazes “vocacionados” para o trabalho em Minas Gerais. A capa da edição de outubro de 1923 exhibe a foto de três seminaristas que estudavam no Colégio Batista Brasileiro, do Rio de Janeiro, como os únicos vocacionados no país preparando-se para o campo mineiro – tal afirmação pode ser interpretada como ausência de seminaristas estudando neste estado para aqui trabalhar. Além disso, eram constantes os apelos veiculados no periódico para que mais homens se dispusessem a se preparar para o trabalho pastoral em Minas.

O número de normalistas no CBAM parece ser maior: a foto do Prospecto de 1921 apresenta 10 moças, e o de 1927, 9. Não há apelos no periódico da denominação para que mais moças se dediquem à formação docente. Além disso, várias ex-alunas se tornaram docentes da instituição. Havia, por parte da *Convenção Baptista Mineira*<sup>4</sup>, a expectativa de que as normalistas do interior retornassem a suas cidades de origem e ali fundassem escolas batistas – o que parece ter acontecido, já que ao longo do tempo outros colégios batistas surgiram no interior do estado.

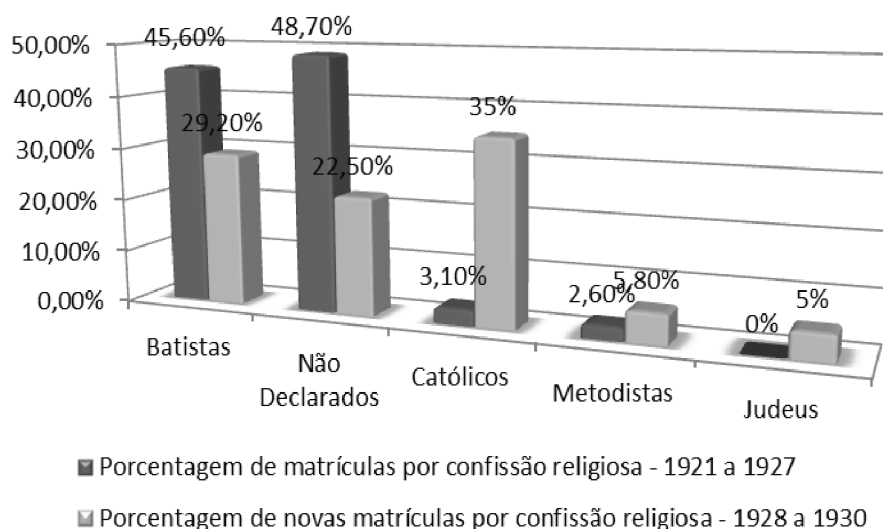
### Pertencimento religioso

Embora se trate de uma instituição confessional batista, o *Arquivo de Notas Finaes* revela a superioridade numérica de alunos oriundos de famílias católicas. Apesar de se tratar de uma sociedade de maioria católica, este fato causa certo estranhamento, já que se tratava de um colégio protestante. Além disso, havia outros colégios confessionais católicos na capital neste tempo. Outro fato intrigante diz respeito ao tempo de permanência de alunos católicos e protestantes na instituição: percebe-se que a permanência do primeiro grupo era pouco maior que a do segundo. Considerando-se proporcionalmente os dois grupos, percebe-se um aumento nas matrículas de alunos católicos, e uma diminuição na de alunos batistas. Este fato torna-se mais evidente quando comparamos as matrículas realizadas no período de 1920 a 1927 e 1928 a 1930:

---

<sup>4</sup> Órgão controlador do trabalho da denominação no estado, que realizava reuniões anuais para deliberar projetos, em todas as áreas de atuação da igreja batista. Muitos dos pareceres produzidos a partir dessas reuniões foram publicados no periódico da denominação.

Figura 3: Porcentagem de matrículas por confissão religiosa - 1921 a 1927 e 1928 a 1930



É curioso que os missionários batistas atribuem à intolerância dos católicos até mesmo a dificuldade que tiveram para alugar um imóvel para funcionamento do CBAM, durante sua fase inicial (50 anos, 1968). Ainda assim, este grupo era o que oferecia o maior número de alunos para a instituição, e que permanecia ali mais tempo. O que, então, motivava as famílias não-batistas a matricular seus filhos no CBAM? Uma possibilidade de resposta a essa pergunta passa pelo processo imigratório europeu, incentivado em todo o Brasil – inclusive nesta capital.

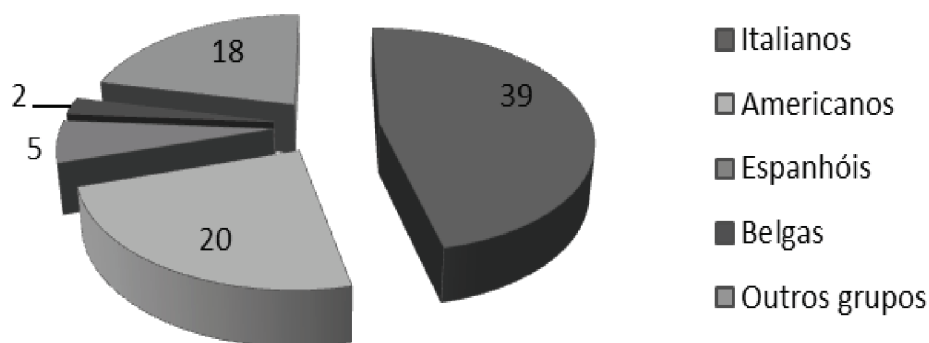
### Pertencimento étnico

A partir do final do século XIX e estendendo-se pelo início do XX, o Brasil recebeu um grande número de imigrantes europeus. Este movimento imigratório foi incentivado pelo próprio governo brasileiro (Donato, 2000). Resende (1982) descreve que os grupos de imigrantes que mais se fixaram em Belo Horizonte foram portugueses, italianos e espanhóis. Faria e Grossi (1982) descrevem como os imigrantes, sobretudo os italianos, ajudaram a compor a população operária de Belo Horizonte, população esta entre a qual parece ter sido o maior sucesso do trabalho batista, dado o crescimento rápido e acentuado da Igreja do Barro Preto (OBM, diversos números), um bairro sobretudo operário (ARREGUY E RIBEIRO, 2008b). É necessário também considerar a já referida proximidade geográfica com o *Hotel Floresta*, que recebia principalmente imigrantes italianos recém-chegados à nova capital (ARREGUY E RIBEIRO, 2008a). Dallabrida (2003), ao descrever o processo de fundação de escolas italianas no estado de Santa Catarina, descreve o quanto era importante para esse grupo que fosse ministrada uma educação liberal a suas crianças. Esta era uma característica comum às escolas protestantes latino-americanas (Bastian, 1994), alardeada pelo CBAM em seus prospectos e nas matérias sobre educação de OBM. Além do mais, Dallabrida (2003) descreve o caso de uma escola

italiana catarinense que enfrentou dificuldades por ser considerada ligada à maçonaria. Como já foi discutido no tópico anterior, é bastante provável a presença de maçons na denominação batista e na liderança do CBAM – fato que, além de isentar os filhos de maçons de possíveis perseguições no ambiente escolar, possibilitaria uma educação em conformidade com princípios aprovados por seus pais. Deve-se ainda considerar que havia um alto número de filhos de imigrantes matriculados na instituição, e Armindo Silva (1996) sugere que havia uma certa liberdade – ou ao menos, não havia perseguição – quanto à manutenção de tradições e costumes étnicos e linguísticos entre os alunos da instituição, embora o pleno exercício dos mesmos fosse limitado ao ambiente familiar. Talvez essas fossem algumas das razões que levavam tantas famílias italianas a confiar a educação de seus filhos a esta instituição.

Analisando o *Arquivo de Notas Finaes*, foi possível identificar, no período compreendido entre 1920 e 1930, um total de 313 alunos matriculados, sendo que 84 destes (26,8%) tinham sobrenomes não-portugueses. A Figura 6 é uma tentativa de agrupamento dos alunos do CBAM, por origem nacional familiar:

Figura 4: Alunos do CBAM por origem nacional familiar, 1920 a 1930.



Para realizar esta análise, considerei os nomes completos dos alunos, conforme transcritos no *Arquivo de Notas Finaes*. Este levantamento tem algumas limitações. É possível que nem todos os nomes tenham sido transcritos corretamente: algum *Olivieri*, por exemplo, pode ter sido aportuguesado para *Oliveira*. Ademais, existem sobrenomes que podem ocorrer em dois ou mais grupos étnicos e idiomáticos, como é o caso dos *Mendes*, que podem ser portugueses ou espanhóis<sup>5</sup>. A imigração portuguesa também foi desconsiderada, devido à dificuldade de se identificar quais alunos provinham ou não desta imigração impulsionada no final do século XIX e início do XX. Alguns dos sobrenomes só foram possíveis de serem identificados a partir da consulta ao *Registro de Imigrantes em Minas Gerais, entre 1888 a 1901*, disponibilizado no *site* do Arquivo Público Mineiro<sup>6</sup>. O recorte temporal deste banco de dados acaba bem antes do período estudado neste trabalho, o que trouxe algumas dificuldades quanto a identificar os imigrantes chegados

<sup>5</sup> Neste levantamento, todos os *Mendes* foram considerados como espanhóis.

<sup>6</sup> <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>.

após este período. Também é difícil identificar os imigrantes que entraram no Brasil por outro estado, e depois se mudaram para a nova capital. Alguns dos responsáveis por alunos matriculados no CBAM constam no registro do Arquivo Público Mineiro, tendo chegado ao Brasil ainda crianças. Apesar de todas estas limitações, esta análise permite perceber que a maioria de alunos imigrantes ou filhos de imigrantes era de ascendência italiana, seguida pelos americanos – representados quase totalmente pelos filhos dos missionários, exceto por um único caso.

Ainda acerca dos diferentes grupos de imigrantes representados dentre os alunos da instituição, podemos destacar os alunos de ascendência judia. É difícil chegar a um consenso acerca de quantos alunos judeus havia matriculados no CBAM por várias razões. No *Arquivo de Notas Finaes*, apenas 6 alunos são identificados como judeus, todos eles matriculados entre 1928 e 1930. Já em 1921, porém, encontra-se um aluno cujo nome denota ascendência judaica não-portuguesa, embora o mesmo não tenha a religião definida no *Arquivo*. Armindo Silva (1996) afirma que os alunos judeus sempre foram numericamente expressivos na instituição, e se interessavam por uma escola que não criava problemas quanto à sua origem étnica e religiosa. É necessário considerar, a esse respeito, que os integralistas combatiam as sociedades secretas, tanto judaicas quanto maçônicas (LIMA, 2008). Talvez a matrícula dos filhos dos judeus no CBAM fosse uma tentativa de escapar das possíveis perseguições que sofreriam em escolas criadas ou dirigidas por esse grupo.

### Quanto custava manter um aluno no CBAM?

Podemos, ainda, considerar o pertencimento financeiro dos alunos que eram enviados ao CBAM. O Prospecto de 1921 (s.p.) apresentava a seguinte tabela de valores de mensalidades :

Despesas	
Externos	
Joia de entrada (paga uma só vez).....	15\$000
Jardim da Infancia (ensino).....	7\$000
Curso Primario (ensino).....	10\$000
Curso Médio (ensino).....	15\$000
Curso Preparatorio (ensino).....	20\$000
Internos	
Joia de entrada (paga uma só vez) .....	30\$000
Jardim da Infancia (ensino) .....	7\$000
Curso Primario (ensino).....	10\$000
Curso Médio (ensino).....	15\$000
Curso Preparatorio (ensino).....	20\$000
Pensão	
Cada alumno interno pagará mensalmente.....	60\$000
Lavagem de roupas, mensalmente.....	10\$000



Além desses valores, os alunos também deveriam adquirir por seus próprios recursos os livros e material escolar, bem como pagar as despesas com médico, remédios e bonde. Havia também um enxoval para os alunos internos, sendo que as moças deveriam utilizar o uniforme vendido pela diretora do internato feminino.

Para termos uma ideia do que esses valores significavam na sociedade da época, transcrevo uma tabela de mensalidades do *Collegio Dom Viçoso*, que oferecia primário e secundário em regime de internato ou externato, além de um curso noturno. Localizava-se em Belo Horizonte, à Rua da Bahia, número 1500. Em sua publicidade, afirma oferecer uma orientação católica aos alunos, embora seu diretor seja apresentado como *Dr. Pedro Mourão*, ou seja, um leigo.

#### MENSALIDADES

##### CURSO DIURNO

Internos.....	70\$000
Semi-internos.....	50\$000
Externos.....	20\$000
Joia.....	30\$000
Pagamento adiantado no princípio de cada trimestre (JORNAL DE MINAS, 11/07/1918).	

Comparando os valores entre as duas instituições, podemos perceber que a joia de entrada para alunos externos era bem mais barata no CBAM, enquanto que era de igual valor para os internos. Enquanto o *Collegio Dom Viçoso* praticava o preço único para todas as modalidades de ensino, o CBAM aumentava o valor de acordo com o nível do aluno. Assim, para manter um aluno externo no CBAM gastava-se, no máximo, o mesmo valor que na outra instituição – embora a equivalência seja alcançada apenas no Curso Preparatório. Para manter um aluno interno, porém, o CBAM só seria a opção mais barata no Jardim de Infância, igualando os preços no Primário – isso sem considerar o valor da lavagem de roupas. Como essa taxa não é mencionada na publicidade do *Dom Viçoso*, não é possível saber se ela era ou não cobrada a parte. Caso não fosse, o CBAM seria a opção mais cara de internato em todos os níveis de ensino – embora, na mais cara das hipóteses, essa diferença chegasse ao valor de 20\$000. Por outro lado, o *Collegio Dom Viçoso* exigia pagamento trimestral adiantado, o que requeria um maior poder aquisitivo da família, ou um planejamento financeiro em prol da escolarização dos filhos. Essa exigência não aparece em nenhum dos prospectos do CBAM estudados.

Para verificar a quais camadas da sociedade essas mensalidades eram acessíveis, recorro a tabela apresentada por Faria Filho (2000, p. 136), em que se realiza uma projeção dos salários em Belo Horizonte, no ano de 1909, de algumas das profissões menos valorizadas à época, no período de um ano.

Cozinheira	895\$000
Carroceiro	1:800\$000
Tijoleiro	1:400\$000
Carpinteiro	2:500\$000
Pedreiro	2:160\$000

Calculando o valor recebido mensalmente por cada um desses profissionais, percebemos que as mensalidades para alunos externos no CBAM não era muito cara, sendo possível até às famílias mais humildes desta capital manter um ou dois filhos na instituição, sem comprometimento significativo de seus rendimentos. Sabendo, porém, que as famílias costumavam ser mais numerosas nessa época, seria necessário, às famílias mais pobres, realizar uma escolha entre os filhos que seriam matriculados em uma escola particular, em uma escola pública, ou mesmo deixariam de estudar em prol do trabalho doméstico ou remunerado. Com relação aos alunos internos, normalmente vindos do interior, o gasto seria bem maior – principalmente se considerarmos elementos que encareciam esta estadia, como por exemplo, o enxoval e as possíveis visitas à/da família.

Tomando o enxoval como objeto de análise, percebe-se que a exigência do CBAM não era das maiores. Lage (2006) apresenta a lista do enxoval exigido para as alunas do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha (MG) em 1904. A partir da lista apresentada no prospecto de 1921, foi possível construir a seguinte tabela comparativa:

Item	Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha	Collegio Baptista Americano Mineiro
Camisa	10	4, brancas
Camisa de dormir	4	4, brancas
Camisa para banho	2	-
Saia branca	2	-
Saia de chita de cor	2	-
Terno de brim para aulas	-	2
Terno para passeio	-	1
Meias (par)	12, pretas	6, escuras
Calças/ ceroulas	10	3, de cretone
Camisa de meia	3	-
Colete	1	-
Lenço	12	-
Guardanapo	6, grandes	2, brancos
Lençol	5	4
Fronha	6	2
Toalha de rosto	6	2
Toalha para banho	2	2
Colcha branca	3, com franjas	2
Cobertor	2	2, de lã
Roupão para dormitório	1	-
Pente	Sim	2 (fino e de alisar)
Escova	Sim	2 ( <i>facto</i> e cabelo)
Escova de dentes	-	1
Espanja	2	-
Botinas (par)	3, pretas	2
Talheres	1	-
Copo	1	1, de metal
Saco para roupas sujas	-	1
Argola	-	1, marcada
Saboneteira	-	1

Como se pode observar, os itens exigidos eram basicamente os mesmos, havia muito pouca variação nos gêneros do enxoval. Note-se, porém, que a instituição católica só recebia meninas, ao passo que o CBAM era um colégio misto. É interessante observar que ambas as instituições forneceriam os uniformes para as meninas. Nesse caso, a lista de enxoval do colégio de Campanha seria complementar ao uniforme, ao passo que a lista do CBAM seria uma orientação mais direcionada aos alunos do sexo masculino. Daí o fato de não serem especificados elementos próprios do vestuário feminino, como as saias. As quantidades de cada item também variavam entre as instituições, fazendo com que o enxoval do aluno interno no CBAM ficasse menor – e conseqüentemente mais barato – que o da aluna interna no Colégio Nossa Senhora de Sion.

A partir destes dados, é possível perceber que o CBAM era uma opção de escolarização mesmo para as famílias mais pobres em Belo Horizonte, tornando-se um pouco mais dispendioso para as famílias do interior, que necessitavam do regime de internato para seus filhos. Por outro lado, a partir da análise do enxoval exigido para os alunos internos, percebe-se que ainda assim o investimento realizado não seria dos maiores à época. Ainda assim, o custo da estadia de um aluno no CBAM era minimizado devido às políticas de desconto praticadas, interessantes tanto para as famílias quanto para a denominação.

Dentre as políticas de desconto, gostaria de retomar a bolsa de estudos para filhos de pastores e/ou missionários. Sabendo que muitos desses homens passavam boa parte do tempo viajando ou mudando de cidade em cidade para implantar novas igrejas, e que em muitas localidades sofriam perseguições que podiam chegar à violência física e atentado contra a vida<sup>7</sup>, o CBAM poderia se constituir um local seguro para guarda de seus filhos enquanto eles se ocupavam com a “seara”. Também poderia ser um espaço que garantisse uma educação americana, considerando a língua e os costumes de seu país de origem. Era uma opção gratuita, que não comprometeria o salário enviado por Richmond, sempre representado como pequeno nos discursos dos missionários. Caberia apenas, aos alunos maiores de 12 anos, uma hora de serviço diário para a instituição. Além do mais, ali as crianças dos missionários não sofreriam discriminação pela opção religiosa de sua família, mas seriam educadas em todos os aspectos e princípios de sua religião. Apesar de todas essas vantagens, nem todos os pastores e missionários enviaram seus filhos para estudar no CBAM. Alguns só o fizeram no período de crise relacionada às matrículas, tirando suas crianças dali assim que a procura pela instituição voltou a crescer. Tal fato nos leva a questionar acerca da maneira como os próprios missionários interpretavam o CBAM: perante as vantagens oferecidas, por que eles não enviavam seus filhos para ali estudar, já

---

<sup>7</sup> Oliveira (1999) descreve a perseguição sofrida pelos batistas em todo o Brasil, desde a chegada dos primeiros missionários, em 1880, até 1970. Embora Minas Gerais não esteja entre os lugares mais violentos na perseguição religiosa – em OBM, encontramos citações no máximo relacionadas à oposição verbal ou pressão exercida por padres e vizinhos sobre novos convertidos, seguramente os missionários tinham informação a respeito da oposição sofrida em outras partes do Brasil. Feitosa (1974) e Ginsburg (1921) relatam, a partir de sua própria experiência missionária, a perseguição e oposição sofridas pelos batistas no nordeste brasileiro, enquanto que Harrison (1987) relata sobre o Rio de Janeiro. A partir dessas bibliografias, concluo que Minas Gerais era uma “ilha de paz” para os missionários batistas. Ainda assim, a vivência anterior ou mesmo o relato das perseguições podem ter levado muitos deles a viver em um constante estado de alerta durante suas viagens, dado o temor e a insegurança relacionados à perseguição e violência.

que assim recomendavam aos membros de suas igrejas? Seria o CBAM uma instituição puramente proselitista e americanizadora, por isso inapropriada aos “já conversos” filhos de missionários? Ou os missionários evitavam enviar seus filhos para lá por já receberem uma educação considerada por eles adequada em suas casa e escolas isoladas, preservando assim o dinheiro enviado pelas igrejas para a manutenção de alunos que realmente “carecessem” de uma educação firmada nos princípios da denominação?

Em segundo lugar, gostaria de enfatizar a política relacionada às bolsas de estudos para as normalistas. Conforme já citado anteriormente, os prospectos de propaganda do CBAM divulgavam a possibilidade de as moças estudarem gratuitamente, trabalhando após a formatura o número de anos que estudaram para pagar a dívida. Essa modalidade era vantajosa para as alunas, pois possibilitava, mesmo àquelas cuja família não teria condição de pagar por sua formação, a oportunidade de estudar e obter uma profissão valorizada na sociedade da época. Além disso, possibilitava inserção imediata no trabalho docente. Quando ela terminasse de pagar sua dívida, seria uma profissional experiente, e consequentemente mais qualificada para procurar um emprego ou montar sua própria escola. Para a denominação, a vantagem dessa prática seria relacionada à manutenção de quadros docentes para o CBAM, uma vez que não deveria ser tarefa fácil encontrar professoras batistas em Belo Horizonte à época. Quando a jovem provinha de uma cidade do interior, porém, a vantagem era ainda maior. Após a conclusão de seus estudos, a própria CBM incentivava o retorno às suas cidades de origem, com o intuito de formar escolas anexas às igrejas batistas. Dessa maneira, essas jovens realizariam um trabalho pioneiro de educação batista. Em Belo Horizonte, elas apenas auxiliariam os missionários, mas no interior, elas próprias seriam as “missionárias”, diretoras e professoras<sup>8</sup> de suas escolas isoladas. Esta iniciativa garantia a possibilidade de escolarização dos filhos dos batistas, já que de acordo com 50 anos (1968) a matrícula em escolas que continham influências católicas ou laicizantes poderia ser considerada inadequada pelas famílias que faziam parte da denominação. Além disso, ampliava a possibilidade de fazer prosélitos por meio da educação. A criação de escolas espalhadas pelo interior também aumentava as oportunidades de inserção das crianças mineiras na cultura letrada. A alfabetização, de acordo com Mesquida (1994), pode ser considerada um dos pontos fortes do trabalho missionário protestante no Brasil. A profissionalização das mulheres também era vantajosa aos olhos da denominação, uma vez que muitos pastores e missionários defendiam emancipação feminina nas questões civis<sup>9</sup>. E não devemos deixar de considerar que o magistério era considerado o trabalho missionário feminino por excelência na denominação, o que pode ter influenciado diretamente o fato de que muitas das normalistas

---

<sup>8</sup> Embora Faria Filho (2000) caracterize o trabalho da diretora como próprio da organização dos grupos escolares, entre os batistas era comum referir-se à diretora da escola isolada, mesmo quando ela acumulava a função docente. Evidências a esse respeito podem ser encontradas em Rodriguez (1936).

<sup>9</sup> A participação feminina nos assuntos da denominação variava de acordo com o pastor que estava à frente do trabalho. De maneira geral, os missionários defendiam a educação e profissionalização das mulheres. Seu voto contava, nas assembleias, da mesma maneira que o de um homem, desde a chegada dos primeiros missionários no Brasil – muito antes, porém, da liberação para o voto feminino neste país (Alencar, 2005). Ainda assim, é notória uma série de estratégias relacionadas ao controle e submissão das mulheres dentre as práticas da denominação. Acerca destas, não encontrei nenhuma pesquisa realizada.

do CBAM se tornaram esposas dos pastores batistas brasileiros que iam se formando nos seminários. Desta forma, o curso de magistério do CBAM era mais do que uma formação de professoras, era também uma formação de esposas adequadas para os ministros.

Por fim, gostaria de discorrer acerca de algumas outras possibilidades para que o aluno sem condições de arcar com as mensalidades se matriculasse no CBAM. A primeira diz respeito ao *Fundo auxiliador*. Esse fundo consistia nas ofertas enviadas pelas igrejas para a manutenção do *Collegio*. Somado o valor, o mesmo era revertido em bolsas de estudo, criando oportunidades para um número maior de alunos. Além disso, algumas igrejas pagavam as mensalidades para alguns alunos escolhidos, como forma de investir na formação da nova geração de batistas no estado. É interessante que o Prospecto realça essa opção com relação aos seminaristas. Talvez isso se dê devido à baixa procura pelo curso, ou talvez pelo seu público alvo – rapazes jovens, que deveriam estar produzindo renda para suas famílias, e não realizando investimento em uma formação que não lhes garantiria um futuro profissional promissor. Existia ainda a possibilidade de que os alunos internos realizassem trabalhos manuais ou as alunas realizassem trabalhos domésticos, durante 30 horas por mês. Assim, receberiam um salário de 14\$000, que poderia lhes auxiliar em sua manutenção. Esta última possibilidade era vantajosa para o CBAM por reduzir o número de funcionários necessários à manutenção da instituição, e era particularmente vantajosa aos alunos por constituir-se uma possibilidade de receber a mesma formação que os demais, trabalhando um período relativamente pequeno. Retomando a comparação com o Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha (Lage, 2006), as alunas que realizavam trabalhos domésticos para custear sua estadia na instituição tinham uma carga muito maior de trabalho que de estudo, e sequer podiam ter contato com as alunas que pagavam mensalidade. No CBAM, embora o trabalho não cobrisse totalmente a estadia do aluno, lhe possibilitava a oportunidade de ter a mesma educação que os demais. Independente da origem social do aluno, dentro do CBAM ele aprenderia os mesmos conteúdos que os demais, criando uma possibilidade de ascensão social através da escolarização. Além dessas possibilidades, em 50 anos (1968) relata-se que, durante a década de 1930, a direção tentou adquirir os equipamentos necessários à criação e manutenção de uma oficina mecânica, que serviria tanto para educação profissional quanto para auxiliar no custeio da estadia dos alunos. Porém, de acordo com o relato, o diretor foi vítima de um golpe, não tendo recebido os equipamentos pelos quais pagou. Sem recursos financeiros para uma nova tentativa, a oficina não foi levada a efeito.

Percebe-se, através desses fatos, que o CBAM possuía várias possibilidades para inserção do aluno pobre. Esta prática concorda com o princípio comumente verificado no protestantismo de ampliação da escolarização, alfabetização e cultura escrita. Tendo um plano de transformação da sociedade através da educação, os batistas não poderiam se eximir de formar mais indivíduos letrados, professoras e pastores – mesmo que isso significasse ter de encontrar alternativas para a manutenção financeira dos alunos interessados. Por outro lado, estes planos de financiamento dos estudos através do trabalho iam ao encontro da necessidade da instituição de mão-de-obra acessível e barata, dados os limitados recursos de Richmond para a educação escolar. Além disso, colaboravam à utilização exaustiva do tempo dos educandos (cf. Foucault, 1987), ao

estabelecimento de uma divisão do trabalho que considerasse e ordenasse as diversidades presentes entre os alunos (meninos realizavam trabalhos manuais e meninas realizavam trabalhos domésticos), e à hierarquização entre os indivíduos conforme seu estágio de disciplinamento, posto que as normalistas formadas poderiam lecionar, enquanto que as demais moças e meninas realizavam um trabalho menos valorizado socialmente, em especial dentro da denominação.

## Referências

### Fontes impressas, mimeografadas e digitalizadas

- 50 ANOS: 1918-1968. Belo Horizonte. 1968. (CMCBM)
- Archivo de Notas Finaes do Collegio Baptista Americano Mineiro. 1921 a 1930. (CMCBM)
- COLLEGIO D. VIÇOSO. **Jornal de Minas**. Belo Horizonte, ano I, n. 8, 11 de julho de 1918. p. 3. (APM)
- O Baptista Mineiro. 1920 a 1928. (CMCBM)
- O Jornal Batista – Edição do Centenário, 15 de outubro de 1982. (CMCBM)
- PROSPECTO do Colégio Batista. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1932. (Acervo particular)
- Prospecto. Belo Horizonte: Collégio Baptista Americano Mineiro, 1921, 1924 e 1927. (CMCBM)
- Registro de Imigrantes em Minas Gerais, entre 1888 e 1901. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. (APM)

### Bibliografia

- ALENCAR, Gedeon. A democracia brasileira tem uma “marca batista”? **Protestantismo tupiniquim: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira**. São Paulo: Arte editorial, 2005.
- ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão. **Histórias de bairros de Belo Horizonte: Regional Leste**. Belo Horizonte: APCBH/ACAP-BH, 2008(a).
- ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão. **Histórias de bairros de Belo Horizonte: Regional Centro-Sul**. Belo Horizonte: APCBH/ACAP-BH, 2008(b).
- BASTIAN, Jean-Pierre. **Protestantismos y modernidade latinoamericana: historia de unas minorias religiosas activas em América Latina**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DALLABRIDA, Norberto. Escolas italianas: resistência e italianidade. **II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: identidade, diferença, mediações**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. p. 1-11. Disponível em <http://www.rizoma.ufsc.br>. Acesso em 15 de junho de 2012, 17:00 hs.

DONATO, Hernâni. **Brasil 5 séculos**. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 2000.

FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. *In*: MONTEIRO, Norma de Góes (Org). **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 165-214.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARRISON, Helen Bagby. **Os Bagby do Brasil: uma contribuição para o estudo dos primórdios batistas em terras brasileiras**. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1987.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Escolas confessionais femininas na segunda metade do século XIX e início do XX: um estudo acerca do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha (MG). *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura do (Orgs.). **Navegando pela história da educação**. Cd-Rom. Campinas: HISTEDBR, 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Ana\\_Cristina\\_P\\_Lage\\_Artigo.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Ana_Cristina_P_Lage_Artigo.pdf). Acesso em 05 de julho de 2012.

LIMA, Michelle Fernandes. Os educadores liberais e a edificação da educação nacional no século XX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 31, p. 18-30, set./2008.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho: uma capital para a República. *In*: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 11-48.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso**. Juiz de Fora/São Bernardo do Campo: EDUFJF/Editeo, 1994.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical**. Maceió: EDUFAL, 2007.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. **Perseguidos, mas não desamparados: 90 anos de perseguição religiosa contra os Batistas Brasileiros (1880 – 1970)**. Rio de Janeiro: Juerp, 1999.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. **Um povo chamado batista: história e princípios**. Recife: Kairós, 2011.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889 – 1906)**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

RODRIGUEZ, J. M. **Los Bautistas en las Repúblicas del Plata**. 1936.

SILVA, Armindo de Oliveira. **Uma estrela que brilha na Floresta: memórias de um educador batista**. Belo Horizonte: Colégio Batista Mineiro, 1996.

SILVA, Cleni da. **Educação Batista: análise histórica de sua implantação no Brasil e de seus desafios no contexto atual**. Rio de Janeiro: JUERP, 2004.

*Recebido em fevereiro de 2013  
Aprovado em maio de 2013*